

LANÇAMENTO DA CAMPANHA SALARIAL DOS BANCÁRIOS 2015

Hoje, 13 de agosto, o Sindicato dos Bancários de Campo Grande-MS e Região está lançando oficialmente a Campanha Nacional Unificada 2015.

Os três maiores bancos privados do país (Itaú, Bradesco e Santander) já anunciaram os resultados para o primeiro semestre do ano: são R\$ 24 bilhões crescimento de 22,3% em relação a 2014 - e nem estão contabilizados BB e Caixa, que ainda não divulgaram seus balanços (no primeiro trimestre lucraram mais de R\$3 e 1,5 bi, respectivamente). Os bancos precisam parar de demitir e voltar a CONTRATAR. COM LUCROS CRESCENDO TANTO, MESMO EM TEMPOS DE CRISE INTERNACIONAL, DEVEM ISSO NÃO SÓ AOS BANCÁRIOS MAS A TODA A SOCIEDADE.

DEMANDAS - São muitas as demandas. Faltam estrutura, segurança e funcionários para prestarem atendimento de qualidade. Com número reduzido de pessoal, a sobrecarga é grande e os problemas de saúde crescem. Milhares de bancários são afastados todos os anos por conta da pressão.

CLIENTE - Você também não escapa. As taxas de juros são altíssimas, tem ainda as tarifas por serviços que muitas vezes os correntistas nem sabem que pagam. Sem falar nas vezes que são barrados na porta das unidades e empurrados para os correspondentes, sem segurança adequada.

O CLIENTE MERECE RESPEITO



EXPLORAÇÃO NÃO TEM PERDÃO! DEMISSÃO, ASSÉDIO MORAL, DISCRIMINAÇÃO, GANÂNCIA,

IRRESPON**sabili**dade também não







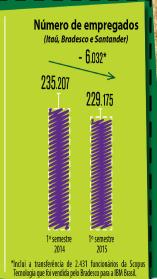
EMPREGO É PRIORIDADE DA CAMPANHA 2015

Apesar dos lucros sempre crescentes, os bancos continuam cortando postos de trabalho. Apenas os três maiores privados (Itaú, Bradesco e Santander) viram seus lucros aumentar em 22,3% entre o primeiro semestre de 2014 e o deste ano, alcançando R\$ 23,8 bilhões. No mesmo período, os três extinguiram 6.032 empregos. "Os bancos ganham, e muito, mesmo com a economia em crise. Não há, portanto, qualquer justificativa para eliminar postos de trabalho", diz a presidenta do Sindicato, Juvandia Moreira.

Entre os principais pontos da pauta de reivindicações estão a inclusão de artigo que cobra a garantia dos empregos de todos os trabalhadores abrangidos pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), durante sua vigência; a determinação de no mínimo 15 funcionários por agência, dos quais pelo menos dois caixas; e a redução da jornada para cinco horas diárias e 25 horas semanais.

Também reivindicam que seja vedada qualquer tipo de terceirização em atividades do ramo financeiro, e que os bancos reassumam as já terceirizadas, contratando diretamente os trabalhadores que as executam.





FIN DA<u>s metas</u> Abusivas e do assédio

Para combater as metas abusivas, a categoria reivindica que as metas sejam definidas com a participação dos trabalhadores, determinadas por departamento/agência e tenham caráter coletivo. "As metas diárias e sempre maiores dão ao trabalhador a constante sensação de nunca alcançar seus objetivos. Isso é altamente adoecedor", diz o secretário de Saúde do Sindicato, Dionísio Reis.

Também na pauta, a alteração na redação da cláusula "programa de reabilitação ao trabalho" para "retorno" ao trabalho. "Reabilitação é atribuição do Estado, não pode ser executada pela própria empresa que adoece o trabalhador", explica Dionísio. Outros itens são a extensão integral de benefícios para afastados e redução da jornada para amamentação por 12 meses.



SALÁRIOS, VALES E PLR MAIDRES

A categoria quer reajuste salarial de 16% (que corresponde à reposição da inflação mais 5,7% de aumento real). Para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), a reivindicação é de três salários mais R\$ 7.246,82 de parcela fixa adicional. Também ficou definido piso com base no salário mínimo do Dieese (R\$ 3.299,66) e o 14° salário. O valor do vale-alimentação e da 13ª cesta reivindicado é de R\$ 788. Para o vale-refeição, R\$ 34,26 ao dia.

"Tudo o que está sendo reivindicado reflete a vontade soberana dos bancários, expressa em consultas realizadas pelos sindicatos de todo o Brasil", destaca a presidenta do Sindicato, Juvandia Moreira, lembrando que os bancos, com lucros bilionários, têm plenas condições de atender.

PRINCIPAIS ITENS APROVADOS ▶ Reajuste salarial de 16%

- (reposição da inflação mais 5,7% de aumento real)
- ► PLR: três salários mais R\$ 7.246,82 de parcela fixa adicional
- ► Piso: R\$ 3.299,66 (salário mínimo do Dieese)
- Vales alimentação, 13ª cesta e auxílio-creche/babá: no valor de R\$ 788 cada (salário mínimo nacional)
- ▶ Vale-refeição: R\$ 34,26 ao dia
- ▶ 14º salário
- ► Garantia de emprego e ampliação das contratações
- ► Fim das metas abusivas e do assédio moral
- Medidas de segurança como dois vigilantes durante o expediente, instalação de biombos nos caixas e fim da revista íntima

SEGURANÇA PARA BANCÁRIOS E CLIENTES

Entre as principais reivindicações de segurança estão: abertura e fechamento remoto das agências; instalação de biombos nos caixas; melhor atendimento aos bancários e demais vítimas de assaltos, além do fim da revista de funcionários, praticada em muitas agências pelo país. Outro item da pauta é a extinção das tarifas para transferências de dinheiro via DOC e TED. O objetivo é combater o crime de "saidinha", já que muitas vítimas sacam grandes quantias em espécie para evitar as tarifas.

"Os bancos investem muito pouco em segurança e não estão dando a importância devida à vida dos trabalhadores", critica o secretário Jurídico do Sindicato, Carlos Damarindo.



CIDADANIA TAMBÉN ESTÁ NA PAUTA

Na Conferência Nacional, entre 31 de julho e 2 de agosto, os bancários também aprovaram propostas que consideram fundamentais para o futuro do país. Entre elas a luta pela reforma política, com o fim do financiamento privado para campanhas eleitorais; reforma tributária para que os mais ricos paguem mais e os mais pobres, menos; democratização dos meios de comunicação, hoje quase todos nas mãos de apenas seis famílias; defesa da Petrobras (não à quebra do sistema de partilha); defesa da democracia e dos direitos; redução da Selic com crescimento econômico; auditoria da dívida pública; e combate à criminalização dos movimentos sociais.

PAUTA GERAL

- ► Combate à terceirização em pauta no Congresso Nacional
- Reforma política e fim do financiamento privado para campanhas eleitorais
- ▶ Reforma tributária
- ▶ Democratização dos meios de comunicação
- ► Defesa da Petrobras (não à quebra do sistema de partilha)
- ► Defesa da democracia e dos direitos
- Contra a criminalização dos movimentos sociais